



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 1979.

ANO V

Parecer:

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 145/79

Proposta de Orçamento Anual para
o Exercício de 1980

1. Cumprindo preceito Constitucional e sob as determinações contidas na Le n.º 4.320/64 e demais dispositivos aplicáveis à matéria, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado encaminha a esta Assembléia Legislativa, Mensagem Governamental n.º 115/79 que trata do Projeto de Lei de Orçamento Programa Anual do Estado, referente ao Exercício de 1980.

Incorpora, ainda, uma série de informações adicionais, destinadas a facilitar a perfeita interpretação da programação governamental.

2. DA RECEITA E DA DESPESA

A Receita estimada e a Despesa fixada para o exercício financeiro de 1980, é da ordem de Cr\$ 41.708.735.000,00 (quarenta e um bilhões, setecentos e oito milhões, setecentos e trinta e cinco mil cruzeiros), o que denota uma elevação percentual de 51,4% sobre a programação orçamentária do ano anterior.

A Receita deverá ser realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, com as receitas de recolhimento centralizado, desdobradas em: receitas correntes e de capital, sendo que as primeiras compreenderão as receitas tributárias; patrimonial; industrial; diversas; e as transferências correntes, enquanto que as outras abrangerão as operações de crédito; alienação de bens móveis e imóveis; e as transferências de capital.

Quanto às receitas de recolhimento descentralizado, que excluem as transferências do Tesouro do Estado, desdobram-se em receitas correntes e de capital, que, acrescidas às demais, perfazem a estimativa total da arrecadação estadual para o próximo exercício financeiro.

No que respeita à Despesa, essa tem a sua realização programada e discriminada por fontes de recurso e por órgãos, na forma dos demonstrativos por fontes de recursos conforme as categorias econômicas; por funções e categorias econômicas; por programas e fontes de recursos; por programas e categorias econômicas e demais itens previstos e constantes do anexo II do Projeto de Lei. Ademais, particulariza a nível de Projetos e Atividades, os empreendimentos governamentais que concorrerão para a materialização dos objetivos colimados.

3. DO MÉTODO DE ELABORAÇÃO

Seguindo os ditames legais, o presente Projeto de Lei, com seus anexos, procurou utilizar metodologia de grande simplicidade, demonstrando a necessidade da integração PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO no Governo moderno, utilizando a Lei de Meios como instrumento efetivo de planejamento, e mais ainda, indicando as formas de acionar com praticidade esse sistema integrado.

Assim, se aprovado esse plano de Lei, nosso orçamento passará a exercer importante papel no sistema administrativo, vez que se transforma, também em instrumento de planejamento, direção e controle da administração pública, com função ainda na esfera política e administrativa, combinadas às funções financeiras e econômicas.

No que tange ao aspecto puramente formal de sua elaboração, encontra-se o mesmo consentâneo com todos os pressupostos legais que atualmente disciplinam sua feitura.

4. DAS EMENDAS

Aberto o prazo regimental para o oferecimento de emendas, foram apresentadas em número de 11 (onze) todas de autoria do nobre Deputado Antônio Facci, tendo sido publicadas como determina o Regimento Interno, dentro do prazo legal, em Avulso do Diário da Assembléia, datado de 22 de outubro de 1979.

Todas as Emendas apresentadas foram recebidas pela Comissão, sem que nenhuma sofresse rejeição liminar.

Isso posto, passo a apreciá-las:

EMENDA N.º 1

— que pretende transferir do elemento 3.2.3.1. - Subvenções Sociais a Entidades Privadas para o elemento 3.2.5.4 - Transferência a pessoas - Apoio Financeiro a Estudantes, a importância de Cr\$ 2.340.000,00 (dois bilhões, trezentos e quarenta milhões de cruzeiros).

A medida encontra amparo na Resolução n.º 172, de 14 de setembro de 1979, que regulamenta a matéria.

De outra parte, não fere a legislação própria da Lei de Meios, motivo pelo qual somos favoráveis à sua APROVAÇÃO.

EMENDA N.º 2

— pretende suprimir do parágrafo único do Art. 5.º, os itens I e II, e as letras a, b e c.

É sabido que o Poder Executivo, há já algum tempo tem pretendido estabelecer mentalidade empresarial para o desenvolvimento do Estado de forma equânime e melhor desempenho no trato da coisa pública.

Assim, a medida sugerida no texto do Projeto de Lei, vem a calhar para as finalidades a que o Executivo se propõe, simplificando, desburocratizando e descentralizando, por delegação, os atos administrativos, que por lei estejam possibilitados a estes procedimentos. Por isso, opinamos de forma CONTRÁRIA a pretensão supressiva, mantendo-se a redação original.

EMENDA N.º 4

— sugere a presente emenda a substituição da expressão "30%" por "15%". Com isto, é intenção do legislador diminuir a possibilidade do Executivo na abertura de Créditos suplementares.

Ora, a Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, prevê, taxativamente e nos mesmos termos e percentuais, o contido no Art. 7.º deste plano de Leis, motivo pelo qual, não vemos oportunidade e nem objeto na presente emenda, visto o texto original estar adequado aos ditames legais que regulam a matéria.

Opinamos pela REJEIÇÃO da emenda e manutenção, conseqüente, da redação constante da Mensagem Governamental.

EMENDA N.º 5

— o Artigo 4.º, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4.º — O Poder Executivo, mediante autorização legislativa, poderá tomar as medidas necessárias para manter dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita nos termos do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, e a realizar operações de crédito por antecipação da receita, mediante a emissão de títulos da dívida pública flutuante e empréstimos bancários, de acordo com o artigo 37 da Emenda Constitucional n.º 3, do Estado do Paraná e Resolução do Senado Federal."

Pelos mesmos motivos expendidos na análise da Emenda n.º 3, é de ser esta, também REJEITADA pela Comissão de Orçamento.

Pelos mesmos motivos expendidos na análise da Emenda n.º 3, é de ser esta, também REJEITADA pela Comissão de Orçamento.

EMENDAS N.ºs 5, 6 e 9

— O § 1.º do artigo 9.º, passa a ter a seguinte redação:

“§ 1.º — O Chefe do Poder Executivo, não poderá delegar a transposição de parcelas referida no Artigo.”

No artigo 9.º, substitua-se a expressão “Ficam dispensados de” pela “Dependerão de”, suprimindo-se por consequência a expressão, independentemente da Unidade ou Órgão Orçamentário da Administração Direta do Poder Executivo Estadual.”

Substitua-se

No art. 8.º a expressão... por resolução do Secretário de Planejamento....

Por “Através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.”

Para a REJEIÇÃO destas Emendas, invoco a argumentação já utilizada quando de análise da Emenda n.º 2.

EMENDA N.º 7

— Suprima-se o parágrafo 2.º, do artigo 9.º.

REJEITADA a emenda n.º 3, é de ser, de consequência, não acolhida esta pois tratam-se de disposições complementares entre si.

EMENDA N.º 8

— No enunciado programático do código 0501.02040251.033. do órgão Tribunal de Justiça, após a expressão “que” compreendem cerca de 6 construções “Incluir a Expressão”: inclusive o novo Forum de Maringá”.

Ora, verifica-se, cabalmente, que o plano apresentado, respalda-se em recursos já programados para a construção de 6 Foruns.

Acrescentar-se outras construções ao plano seria inviabilizá-lo, pois aumentaria a despesa ali estimada, ou, quando não, impediria que algumas das construções ali constantes deixasse de ser realizada. Não é de se esperar que os nossos nobres pares queiram atender algumas regiões em detrimento de outras, motivo porque, nos manifestamos contrariamente ao pretendido.

EMENDA N.º 10

— pretende dotar as Universidades de Londrina e Maringá de recursos da ordem de Cr\$ 292.500.000,00, diminuindo o já previsto para Londrina e pelo fato mesmo aumentando o solicitado por Maringá.

De acordo com as normas que regem a elaboração da Lei de Meios, as Entidades Vinculadas remetem ao Órgão Central de Orçamento as suas pretensões financeiras comprovadas, em tempo hábil e suficiente para serem incluídas na proposta orçamentária.

Desta forma procederam as duas Universidades, dest’arte, não vemos porque aquinhoar com mais quem solicitou e comprovou menos e vice-versa. Por outro lado, é de ser levado em conta que a Universidade de Londrina, abriga em sua Fundação, maior número de faculdades e de alunos do que a sua congênere de Maringá, necessitando “ipso facto”, de maiores recursos para a sua manutenção.

EMENDA N.º 11

— Órgão: Tribunal de Justiça

Unidade: Tribunal de Justiça

Código: 0501.02040251.033

O enunciado programático Edificações para o Tribunal de Justiça passa a ter a seguinte redação:

“Construir, conservar e/ou ampliar até o final do exercício, através de contrato com a EMOPAR, aproximadamente 17 prédios forenses nas comarcas do Interior do Estado e que compreendem cerca de 6 construções e 11 reformas de Foruns que apresentam inadequações físicas, com vistas à adequada instalação dos serviços forenses e a oferecer melhores condições de trabalho e possibilidades de maior pro-

ductividade dos recursos humanos.”

Propõe que o enunciado programático “Edificações para o Tribunal de Justiça”, tenha modificada a sua redação original, para acrescentar no bojo de seu texto a expressão “através de contrato com a EMOPAR.” Note-se que tal pretensão é redundante, pois pede exclusivamente a aplicação natural da Lei 6.741/75 que disciplina a matéria.

Assim, pela REJEIÇÃO da emenda por falta de objetivo.

5. CONCLUSÃO

Tudo bem visto e examinado, e diante do que foi exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei em seu texto original, bem como da Emenda n.º 1 a ele apresentada, votando pela rejeição das demais.

É o nosso PARECER.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1979.

Deputado LEÔNIDAS CHAVES - Presidente

Deputado EGON PUDELL - Relator

Voto em Separado

VOTO EM SEPARADO

AO PROJETO DE LEI N.º 145/79

Deputado ANTÔNIO FACCI

1. RELATÓRIO

Atendendo disposições constitucionais, o Excelentíssimo Senhor Governador, utilizando sua privativa competência, estatuída no Art. 41, item VIII, enviou a esta Casa de Leis, a Mensagem n.º 115/79, a qual deu origem ao Projeto de Lei n.º 145/79, em cuja súmula específica a estimação da receita e a fixação da despesa do Estado do Paraná para o exercício de 1980.

O envio da Mensagem foi feito dentro do prazo determinado pela nossa Constituição, ou seja três meses antes do início do exercício financeiro que irá normalizar.

A proposta estima a receita e fixa a despesa para 1980 num montante de Cr\$ 41.708.735.000,00 (quarenta e um bilhões, setecentos e oito milhões, setecentos e trinta e cinco mil cruzeiros), determinado um equilíbrio orçamentário e consignando um aumento de 51,4% sobre o valor proposto para o presente exercício.

Apesar da frieza com que são especificados os números em qualquer proposta orçamentária, é passível de uma análise de tendência, bem como, da situação em que se encontra o Estado e como se encontrará ele no final do exercício de 1980, se executada for a proposta que nos é dado estudar e votar.

E é esta análise de tendência e em comparativo com o que foi feito no Governo que ora espirou que me proponho fazer, neste Voto em Separado.

2. A RECEITA:

Do montante estimado para 1980, a receita centralizada é prevista em Cr\$ 34.500.000.000,00 (trinta e quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), cabendo ao recolhimento descentralizado a receita de Cr\$ 7.208.735.000,00 (sete bilhões, duzentos e oito milhões, setecentos e trinta e cinco mil cruzeiros), isto é, a centralizada responde com 83% do total a arrecadar.

Quadro Representativo da Receita Centralizada Exercícios 1975/1980 (vide página 03).

Do global da receita centralizada, deduzindo-se o valor das “Operações de crédito”, que não constituem uma efetiva receita, e sim um montante estimado para cobrir o “déficit” dos programas, temos um aumento de 57,2% em referência com a estimada para 1979, o qual, convenhamos, seria uma estimativa significativa, se esquecêssemos a inflação que deverá superar os 60% neste exercício, o que dará uma defasagem de quase 3%, isto é, o Paraná arrecadará menos no exercício de 1980, em valores reais, do que espera arrecar-

QUADRO REPRESENTATIVO DA RECEITA CENTRALIZADA EXERCÍCIOS 1975/1980

TÍTULOS	1976 ARRECADAÇÃO Cr\$ 1,00	VARIACÃO % S/1975	1977 ARRECADAÇÃO Cr\$ 1,00	VARIACÃO % S/1976	1978 ARRECADAÇÃO Cr\$ 1,00	VARIACÃO % S/1977	Valores Correntes			
							1979		1980 PREVISÃO Cr\$ 1,00	VARIACÃO % S/1979
							ORÇAMENTO Cr\$ 1,00	VARIACÃO % SOBRE 1978		
RECEITAS CORRENTES	5.655.063.719	54,6	7.677.183.846	35,7	11.002.720.977	43,3	17.526.800.000	59,3	26.752.190.000	52,6
Receita Tributária	5.095.261.445	55,4	6.920.037.139	35,8	9.708.503.055	40,3	15.593.300.000	60,6	22.342.690.000	43,3
Impostos	5.012.327.919	55,7	6.823.423.916	36,1	9.548.494.712	39,9	15.299.915.000	60,2	21.935.500.000	43,3
Taxas	82.933.526	39,3	96.613.222	16,5	160.008.343	65,6	293.385.000	83,3	407.190.000	38,8
Receita Patrimonial	108.370.182	37,9	145.980.144	34,7	220.492.828	51,0	252.500.000	14,5	462.500.000	83,2
Receita Industrial	5.000.000	150,0	5.290.374	5,8	5.879.955	11,1	12.000.000	104,1	18.000.000	50,0
Transferências Correntes	185.412.292	73,7	344.194.466	85,6	633.470.815	84,0	1.027.000.000	62,1	2.932.000.000	85,5
Receitas Diversas	261.019.800	35,5	261.681.724	0,3	434.374.324	66,0	642.000.000	47,8	997.000.000	55,3
RECEITAS DE CAPITAL	1.041.187.699	49,4	882.363.007	(15,3)	3.701.742.416	319,5	4.473.200.000	20,8	7.747.810.000	73,2
Operações de Crédito	720.125.816	46,8	209.993.000	(70,8)	2.797.760.584	1.232,3	3.000.000.000	7,2	4.614.200.000	53,8
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	3.421.982	20,1	2.876.143	(16,0)	3.392.675	18,0	12.000.000	253,7	6.110.000	(49,1)
Transferências de Capital	317.639.901	56,0	637.492.297	100,7	900.589.157	41,3	1.461.200.000	62,2	3.127.500.000	114,0
Outras Receitas de Capital	-	-	32.001.567	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DA RECEITA DO TESOUREIRO	6.696.251.418	53,7	8.559.546.853	27,8	14.704.463.393	71,8	22.000.000.000	49,6	34.500.000.000	56,8

dar em 1.979. Espero que esta tendência seja desmentida, o que não acredito, pois se compararmos para efeito de estudo no exercício de 1978, constataremos que o Estado só arrecadou 98,7% do que estimara.

Algo que chama a atenção são as "Operações de crédito", pois a tendência mostra uma efetiva hipertrofia de tal tipo de "arrecadação", a qual se reflete automaticamente, na Dívida Pública, como demonstro em outro item.

Assim, numa análise da estimativa da receita para 1980, com o total arrecadado em 1.977, tem-se um aumento de 303% contudo, especificadamente "Operações de crédito", neste mesmo interregno, constata-se um aumento de 2.097%. A tendência de endividamento é bastante clara e preocupa.

Constata-se que a tendência de endividamento do Estado começou em 1.978, pois neste ano foram efetivadas operações de crédito no montante de Cr\$ 2.797.760.584,00 (Dois bilhões, setecentos e noventa e sete milhões, setecentos e sessenta mil, quinhentos e oitenta e quatro cruzeiros), isto é, 19% do total arrecadado no exercício, e em comparação do endividamento de 1.977, Cr\$ 209.993.000,00 (Duzentos e nove milhões, novecentos e noventa e três mil cruzeiros), houve um percentual de aumento de 1.232%.

Devo aqui, manter uma tênua esperança, ao determinar

que as "Operações de crédito" para o exercício de 1.980, representará 13% do total estimado, isto é, 6% a menos do que se efetivou com a nossa aprovação, em 1978.

Permaneço no aguardo de que a reforma tributária, ora em estudos, venha dotar, não só os Estados como os Municípios de melhores fontes de recursos, para que, urgentemente, venha a se reverter esta tendência de acelerado endividamento.

3. A DESPESA:

3.1. - SUA COMPOSIÇÃO:

No estudo da composição das despesas, utilizando-se dados comparativos, poder-se-á determinar as tendências do plano governamental, pois quando se quer dar caráter social, dever-se-á alocar recursos que, antes de tudo, possibilitem a viabilização de programas que visem, a priori, a satisfação das necessidades da população.

Na própria apresentação, o Excelentíssimo Sr. Governador assevera que "A magnitude dos investimentos já procedidos na constituição de uma infra-estrutura adequada às necessidades da estrutura produtiva do Estado, possibilitam hoje uma reorientação de prioridade..."

Para melhor se perscrutar tais orientações, apresentamos o quadro a seguir.

QUADRO COMPARATIVO DA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS - 79/80 - EM Cr\$ 1.000.000,00

TÍTULOS	1979	%	1980	%	% 80/79
DESPESAS CORRENTES	14.211	52	24.958	60	76
Pessoal e Encargos Sociais	9.280	34	16.842	40	82
Outras Despesas Correntes	4.931	18	8.116	20	65
DESPESAS DE CAPITAL	12.644	46	15.151	36	20
Investimentos	9.843	36	10.617	26	8
Inversões Financeiras	639	2	1.397	3	19
Transf. de Capital	2.162	8	3.137	7	45
RESERVAS DE CONTINGÊNCIA	700	2	1.600	4	129
TOTAIS	27.555	100	41.709	100	51

Observa-se clara tendência de diminuição de investimentos e, como adiante mostrarei, tal atitude se deu principalmente em relação à estrutura de transportes.

De acordo com a Mensagem, os Investimentos, os quais só aumentaram em números absolutos 8%, serão utilizados na concessão de infraestrutura urbana dos municípios, e basicamente na construção de obras para a Educação, Saúde, Esporte, etc., portanto se desvinculando, quase por total, da função de transporte, o qual, convenhamos, ainda necessitaria atenções para que não se perca o que se fez e se dê continuidade ao esforço já providenciado na integração do território paranaense.

Nas "Despesas de Capital", tanto as "Inversões Finan-

ceiras" como as "Transferências de Capital", se mantêm dentro da mesma participação no global, apesar das "inversões" terem um aumento em relação ao proposto para 1979, de apenas 19%. Aumento substancial, tanto no valor absoluto como na participação foi a composição da "Reserva de Contingência", pois o aumento para 1.980 alcança a 129% e a participação que era de 2% passou para 4%. A "Reserva de Contingência" é um programa especial cujos Decretos-Leis 200 e 900 facultam a sua criação, com o intuito de facilitar a cobertura de créditos suplementares e especiais, quando as dotações dos diversos órgãos não forem suficientes. É normalmente, usado para suplementar as dotações especificadas de atendi-

mento dos gastos com "Pessoal", o que nos abre certo alento, quanto à possibilidade de que o aumento desta reserva seja no sentido de propiciar melhorias salariais aos funcionários do Estado. Esta mesma "Reserva de Contingência" somada com o cancelamento de programas da Secretaria dos Transportes foi o suporte para a concessão de crédito especial que aprovamos já meses atrás, servindo para atender despesas com o "Pessoal", advindas das melhorias atribuídas pelo Governo passado.

Nas "Despesas Correntes", o aumento em relação a 1.979 foi de 76% ficando a composição de "Pessoal e Encargos

Sociais" com a participação ou seja, de 40% contra 34% de 1.979, obtendo um aumento de 82% para 1980; o item "Outras Despesas Correntes", aumentou em 65% para o próximo exercício, tendo a sua participação sido elevada de 18% em 79 para 20% em 80.

3.2. — A PARTICIPAÇÃO DOS PODERES

É bastante válido, dentro deste estudo, analisar a participação dos três Poderes do Estado na receita, pelo menos para determinar qual o tratamento dispensado pelo Governo ao Poder Judiciário e ao Poder Legislativo.

QUADRO COMPARATIVO DA PARTICIPAÇÃO DOS PODERES NA RECEITA 79/80 - EM CR\$ 1.000.000,00

DISCRIMINAÇÃO	1979	%	1980	%	% 80/79
LEGISLATIVO	423	1,5	683	1,6	61,4
JUDICIÁRIO	692	2,5	1.298	3,1	87,5
EXECUTIVO	26.440	96,0	39.728	95,3	50,2
TOTAIS	27.555	100,0	41.709	100,0	51,4

Enquanto a participação do Legislativo mantém-se num mesmo percentual, o Judiciário obtém um bom quinhão, ocasionando um aumento para 1980, de 87,5%, subindo a sua participação de 2,5% em 1979 para 3,1% em 1980, aumento este, suportado com a diminuição da participação do próprio Executivo. Detalhe que vem a favor do Planejamento central.

3.3. POR FUNÇÕES

O estudo das alocações de recursos dentro das funções especificadas pelo Estado, conjugado com a determinação das propostas dos órgãos é o que melhor vem definir as prioridades do Plano Governamental.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES - CR\$ 1,00

FUNÇÕES	CORRENTES	%	CAPITAL	%	CLASSIFICAÇÃO ESPECIAL	TOTAL	%	VARIAÇÃO % SOBRE 1979
LEGISLATIVA	501.300.000	2,0	42.000.000	0,3		543.300.000	1,3	56,6
JUDICIÁRIA	1.111.650.000	4,5	570.350.000	3,8		1.682.000.000	4,0	91,0
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	3.339.520.000	13,4	1.566.028.000	10,4		4.905.548.000	11,8	58,5
AGRICULTURA	1.615.109.000	6,5	235.763.000	1,6		1.850.872.000	4,4	71,3
COMUNICAÇÕES	5.050.000	-	60.690.000	0,4		65.740.000	0,2	261,7
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	2.552.303.000	10,2	229.300.000	1,5		2.781.603.000	6,7	63,2
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	483.840.000	2,0	974.780.000	6,4		1.458.620.000	3,5	14,5
EDUCAÇÃO E CULTURA	7.123.817.000	28,5	1.775.135.000	11,7		8.898.952.000	21,3	68,4
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	65.000.000	0,3	1.761.000.000	11,6		1.826.000.000	4,4	71,5
HABITAÇÃO E URBANISMO	161.000.000	0,6	352.000.000	2,3		513.000.000	1,2	(2,0)
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	547.149.000	2,2	655.700.000	4,3		1.202.849.000	2,9	28,6
SAÚDE E SANEAMENTO	1.413.922.000	5,6	2.274.946.000	15,0		3.688.868.000	8,8	52,4
TRABALHO	38.500.000	0,2	14.600.000	0,1		53.100.000	0,1	166,1
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	3.894.463.000	15,6	520.110.000	3,4		4.414.573.000	10,6	109,7
TRANSPORTE	2.107.183.000	8,4	4.116.527.000	27,2		6.223.710.000	15,0	2,0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	1.600.000.000	1.600.000.000	3,8	128,6
TOTAL	24.959.806.000	100,0	15.148.929.000	100,0	1.600.000.000	41.708.735.000	100,0	51,4

Quatro são as funções para os quais não é dada prioridade pelo Plano Governamental:

- a) Desenvolvimento Regional — Obteve um aumento de somente 14,4% em relação a 79, contudo, tal atitude é continuidade pois em relação a 78, em 79 ela aumentou 16,4%;
- b) Habitação e Urbanismo — aqui, flagrantemente, há uma reversão, pois, para 1979 o aumento, em relação a 1978, foi de 162,3%, enquanto que para 1980, obtém um percentual negativo de 2,0%;
- c) Indústria, Comércio e Serviços — tal como a anterior, é claro, há modificação de prioridades, pois se para 79 consignou-se um aumento de 188,1% para 1980, este aumento é de 29,1%;
- d) Transportes — a prioridade de transportes do governo anterior sofre um esfriamento, pois para 1980 o aumento é de somente 2,0%.

Mas, permanecendo nas funções revertidas, isto é, desestimuladas, é bom visualizar a participação de cada uma no total proposto, e o quadro fica mais claro: a— Desenvolvimento Regional — 79, 4,6% e 80, 3,5%; b— Habitação e Urbanismo — 79, 1,9% e 80, 1,2%; c — Indústria, Comércio e Serviços — 79, 3,4% e 80, 2,9%; d— Transportes — 79, 22,2% e 80, 14,9%.

Isto deixa claro a desaceleração, principalmente em "Transportes", a qual perdeu nada menos de que 7,30%, o que, em números absolutos, é uma vultuosa soma de recursos alocados em outras funções.

E quais serão as funções prioritárias?

Continuando o exame dos percentuais de aumento registrado: a— Comunicações, 283,6%; b — Trabalho — 242,9%; c — Reserva de Contingência — 128,6%; d— Judiciária — 94,0% e — Energia e Recursos Naturais — 71,5%; f — Educação e Cultura — 70,2%

É destacável o aumento que ano a ano vem obtendo a função de "Comunicações", pois em 1979 o aumento já foi de 202,9%, e agora, novamente, é a primeira em percentual de aumento com 283,6%, determinando que sua participação sobre o global passasse de 0,1% para 0,2% no próximo exercício, isto é, dobrando. Quanto à função "Trabalho", apesar do grande percentual, a sua participação permanece inalterada, de 0,1% pois o total é ínfimo em relação às outras. Sobre a "Reserva de Contingência" e "Judiciária" já emiti considerações, nos itens 3.1 e 3.2., respectivamente.

Assim pode-se visualizar a prioridade governamental: "Educação e Cultura". Nesta função, serão gastos nada menos

de que Cr\$ 8.866.341.700,00 (Oito bilhões, oitocentos e sessenta e seis milhões, trezentos e quarenta e um mil e setecentos cruzeiros), isto é, 21,3% do global proposto, aumentando a sua participação de 2,1%, o que, revertendo em números absolutos, representa Cr\$ 3.583.417.700,00 (três bilhões, quinhentos e oitenta e três milhões, quatrocentos e dezessete mil e setecentos cruzeiros) de aumento. Para melhor se ter idéia deste aumento, é só consignar que ele representa 8,43 vezes o orçamento da Assembléia Legislativa para o exercício de 1.980.

Uma função que merece sempre um estudo particular é a da "Agricultura", pois é entendimento geral de que reside a maior riqueza do Estado. Assim, os recursos para 1979 somam o montante de Cr\$ 1.080.407.000,00 (um bilhão, oitenta milhões e quatrocentos e sete mil cruzeiros), com um aumento de 44,9% em relação a 1978, e uma participação de 3,9%. Para 1980 alterou-se Cr\$ 1.844.277.000,00 (um bilhão, oitocentos e quarenta e quatro milhões, duzentos e setenta e sete mil cruzeiros), com um aumento de 74,7%, propiciando um aumento em sua participação para 4,4%. Induz-se acreditar que o pequeno produtor rural terá prioridade, dentro do enunciado programático definido em suas atividades.

Mas só enunciar é suficiente? Discorrer genericamente dará basificação para reverter ou desenvolver o "status quo"?

A resposta só o futuro dirá e estarei à espera dos resultados.

3.4. POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

Com o intuito de melhor esclarecer os comentários já emitidos neste Voto, enuncio dados específicos, objetivando a determinar um comparativo da atenção dada pelo Governo anterior e o que se propõe o atual dentro da Mensagem que ora apreciamos. Os valores serão lançados em Cr\$ 1.000,00.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Recursos destinados: 79 — 265.000; 80 — 425.000
Aumento % 80/79 — 60,4%
Percentual de participação: 79 — 0,96%; 80 — 1,02%

TRIBUNAL DE CONTAS:

Recursos destinados: 79 — 158.000; 80 — 258.000
Aumento % 80/79, 63,2%
Percentual de participação: 79 — 0,57%; 80 — 0,62%

TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

Recursos destinados: 79 — 664.000; 80 — 1.253.000
Aumento: % 80/79: 88,7%
Percentual de participação: 79 — 2,41%; 80 — 3,00%

TRIBUNAL DE ALÇADA:

Recursos destinados: 79 — 28.000; 80 — 45.000
Aumento % 80/79 : 60,7%
Percentual de participação: 79 — 0,10%; 80 — 0,11%

GOVERNADORIA:

Recursos destinados: 79 — 129.290; 80 — 281.000
Aumento % 80/79: 117,3%
Percentual de participação: 79 — 0,47%; 80 — 0,67%

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO:

Recursos destinados — 79 — 649.788; 80 — 1.040.786
Aumento % 80/79 — 60,2%
Percentual de participação: 79 — 2,36% — 80 — 2,49%

SECRETARIA DE FINANÇAS:

Recursos destinados: 79 — 2.343.789; 80 — 2.825.150
Aumento % 80/79: 20,5%
Percentual de participação: 79 — 8,50%; 80 — 6,77%

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS:

Recursos destinados: 79 — 497.047; 80 — 1.455.037
Aumento % 80/79 — 192,7%
Percentual de participação: 79 — 1,80%; 80 — 3,50%

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:

Recursos destinados: 79 — 753.882 ; 80 — 507.961
Aumento % 80/79 — (54,3%) negativo
Percentual de participação: 79 — 2,74%; 80 — 1,22%

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO:

Recursos destinados: 79 — 4.634.362; 80 — 8.090.000
Aumento % 80/79 — 74,6%
Percentual de participação: 79 — 16,82% — 80 — 19,39%

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO:

Recursos destinados: 79 — 5.308.772; 80 — 8.783.434
Aumento % 80/79 — 65,5%
Percentual de participação: 79 — 19,27% — 80 — 21,06%

SECRETARIA DA CULTURA E DO ESPORTE:

Recursos destinados: 79 — 80 — 268.000
Aumento % 80/79:
Percentual de participação: 79 — ; 80 — 0,64%
Criada em 1.979.

SECRETARIA DE SAÚDE E DO BEM ESTAR SOCIAL:

Recursos destinados: 79 — 735.322; 80 — 1.571.000
Aumento % 80/79 — 113,6%
Percentual de participação: 79 — 2,67% — 80 — 3,77%

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA:

Recursos destinados: 79 — 1.663.788; 80 — 2.800.000,00
Aumento % 80/79 — 68,3%
Percentual de participação: 79 — 6,04%; 80 — 6,71%

SECRETARIA DA JUSTIÇA:

Recursos destinados: 79 — 272.801; 80 — 634.150
Aumento % 80/79 — 132,5%
Percentual de participação: 79 — 0,99% — 80 — 1,52%

SECRETARIA DA AGRICULTURA:

Recursos destinados: 79 — 1.055.606; 80 — 1.850.872.
Aumento % 80/79 — 75,3%
Percentual de participação: 79 — 3,83% — 80 — 4,44%

SECRETARIA DO INTERIOR:

Recursos destinados: 79 — 1.727.303; 80 — 2.403.675
Aumento % 80/79 — 39,1%
Percentual de participação: 79 — 6,27% — 80 — 5,76%

SECRETARIA DOS TRANSPORTES:

Recursos destinados: 79 — 6.097.389; 80 — 6.229.600
Aumento % 80/79 — 2,2%
Percentual de participação: 79 — 22,13% — 80 — 14,94%

SECRETARIA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Recursos destinados: 79 — 571.544; 80 — 987.070
Aumento % 80/79 — 72,7%
Percentual de participação: 79 — 2,07% — 80 — 2,37%

Com isto possibilita-se u'a melhor visualização das tendências governamentais, prestando-se a melhor embasar o que extraí e conceituei em meu parecer ao OPI, e neste Voto em Separado.

4. A DÍVIDA PÚBLICA:

4.1. — A COMPOSIÇÃO

O problema que tem chamado a atenção dos estudiosos do serviço público, é o que se refere à dívida pública, dentro das três escalas do poder federal, estadual e municipal.

A estrutura da dívida na escala federal sofre diariamente análises e diz respeito mais à maneira de colocar o modelo econômico brasileiro em relação a um enfoque capitalista de concentração de riquezas. Este problema foge do assunto que ora me proponho a estabelecer, pelo que deixo para outra ocasião os comentários que se poderiam enunciar.

Contudo, como já estabeleci acima, tanto a dívida públi-

ca estadual como a municipal, em sua base, entendo que advém da estrutura tributária estabelecida no Brasil, determinando as maiores concentrações de receitas no âmbito federal e em contrapartida, illogicamente, diexando para o âmbito, principalmente municipal os encargos com as efetivas despesas de custeio dos serviços. A composição da dívida pública estadual, tomando-se por base as inscrições consolidadas, é a seguinte:

QUADRO COMPARATIVO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL – 77/78 – EM Cr\$ 1.000.000,00

TÍTULOS	1977	%	1978	%	% 78/79
FLUTUANTE	2.072	38	3.485	33	68

QUADRO COMPARATIVO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL – 77/78 – EM Cr\$ 1.000.000,00

TÍTULOS	1977	%	1978	%	% 78/79
FLUTUANTE	2.072	38	3.485	33	68
Diversas	2.072	38	3.485	33	68
CONSOLIDADA	3.334	62	7.010	67	110
Interna	1.564	29	2.867	27	83
Externa	1.770	33	4.143	40	134
TOTAL	5.406	100	10.495	100	94

A de 1.977, significa 29% do total orçado para 1978, não chegando a 24% no que se refere à dívida centralizada em relação à receita do Tesouro do mesmo exercício.

A de 1978, equivale a 38,1% do orçado para 1979, chegando a quase 34% no que se refere à dívida centralizada em relação à receita do Tesouro para este exercício.

Tal comparativo já determina a hipertrofia da dívida pois se em valores absolutos ela aumentou em quase 94% em relação ao exercício anterior, na sua representatividade ela ultrapassa facilmente a 1/3 dos recursos a serem arrecadados neste exercício, isto é, 38% do que arrecadaremos servirá para cobrir as dívidas do ano passado. O pior é que a tendência que se pode visualizar é o do aumento da participação da dívida nos recursos do Estado.

Tanto as dívidas flutuantes como a consolidada interna tiveram diminuídas as suas participações na composição global da dívida pública, não porque tivessem um pequeno aumento em relação ao exercício anterior, 68% e 83%, respectivamente, mas porque a consolidada externa, encarregou-se de assumir o primeiro lugar, aumentando em 134% e participando em 40% da composição.

Na consolidada externa é que mais demorei na análise, pois ela preocupa por estar avançando aceleradamente, as economias do povo paranaense, e continuando tal atitude, sem sombra de dúvida, comprometeremos as gerações futuras, sem dar viabilidade de estruturação para que o Governo venha responder às necessidades populares.

Assim foi no âmbito municipal, onde há prefeituras que, hodiernamente, não possuem mais meios de atender nem às despesas de manutenção de serviços. Teremos que nos precaver para que tal não venha a acontecer com o nosso Estado.

4.2. AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO:

Dentro do contexto das receitas de capital, a que mais tem aumentado, ano a ano, é a que diz respeito à possibilidade de "arrecadar" em função de operações de crédito. Assim dentro de um visual poder-se-á acompanhar tal procedimento dentro da programação estadual: (Em Cr\$ 1.000,00);

1974. – Valor – 125.150;

1975. – Valor – 490.500 – Aumento – 291,9%

1976. – Valor – 720.126 – Aumento – 46,8%

1977. – Valor – 290.993 – Aumento – (70,8%)

1978. – Valor – 2.797.761 – Aumento – 1.232,3%

1979. – Valor 3.000.000* – Aumento – 7,2%

1980. – Valor 4.614.200* – Aumento – 53,8%

* estimado

Outro dado que serve para análise é de compararmos o aumento das receitas de capital, exceto as operações de crédito, com o aumento destas. Assim, em 1974, as Alienações de Bens e as Transferências de Capital somaram Cr\$ 240.264.890,00 (Duzentos e quarenta milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa cruzeiros), enquanto que está previsto uma arrecadação de Cr\$ 3.113.610.000,00 (três bilhões, cento e treze milhões, seiscentos e dez mil cruzeiros, como receita para 1980, isto é, de 1974 a 1980, aumentou em 1.195,90%

Consubstanciado nos dados supra, onde demonstramos o comportamento das execuções e propostas das Operações de crédito veremos que estas, dentro do mesmo interregno 1974 - 1980, aumentaram em 3.586,93%.

Os dados falam por si e preocupam-me.

Utilizando-se os números constantes nas propostas, é de se pressupor que no final de 1980, estaremos, em valores de hoje não corrigidos, com uma dívida em torno de dez bilhões de cruzeiros, isto se até lá não houver outras operações de crédito. Dado que o montante deverá ser bem superior, pois as dívidas externas são estipuladas em dólares, por conseguinte, a cada correção deste, aumenta a nossa dívida em cruzeiros.

Como iremos pagá-la?

Utilizando-se somente os dados constantes nas propostas de 1979 e 1980, teríamos o seguinte quadro:

1979:	
Interna –	855.210.000,00
Externa –	1098.200.000,00
TOTAL –	1.953.410.000,00

Representatividade no Orçamento: 7,08%

1980:	
Interna –	1.174.684.000,00
Externa –	1.840.364.000,00
TOTAL –	3.105.228.000,00

Representatividade no Orçamento: 7,22%

O que representam estes valores dentro do global orçamentário de 1980:

a) das 19 unidades orçamentárias, somente três têm participação superior: Secretaria da Educação, Secretaria dos Transportes e Encargos Gerais do Estado (esta tem de ser superior, pois responde pela própria dívida);

b) Só o atendimento da dívida externa tem idêntica participação que a Secretaria da Agricultura, somando-se a dívida interna elas ultrapassam em 2,78% aos recursos destinados a esta Secretaria.

c) A soma destinada ao atendimento das despesas da dívida pública supera em mais de um bilhão e trinta milhões de cruzeiros aos recursos dos Poderes Legislativo e Judiciário.

d) Os recursos alocados para atendimento dos encargos e amortizações da dívida pública ultrapassam a 7 (sete) vezes o orçamento proposto para Assembléia Legislativa.

5. CONCLUSÃO

Os quadros aqui demonstrados, bem como os dados expostos tem como única fonte as próprias Propostas Orçamentárias, pois existe enormes dificuldades de melhor atualização, tendo em vista que o Poder Legislativo não é informado claramente de como são executados os programas. Esta atualização só seria possível se além de mantermos uma permanente assessoria de especialistas junto a esta Comissão de Orçamento, conseguíssemos com que o Poder Executivo nos enviasse, periodicamente, as alterações das Leis de Meio e um demonstrativo da execução física, pelo menos dos projetos considerados prioritários ou que utilizem maiores somas de recursos.

Existem enormes dificuldades para se analisar o Plano Global do Governo dentro do Orçamento Anual, pois este representa somente 45,28% do montante a ser gasto, não constando dele os Orçamentos das "Entidades Indiretas". Englobando estas possivelmente modificaria as tendências que aqui se visualizou.

Do demonstrado podemos determinar as tendências governamentais, entre outras, as de:

a. — Alocação de maiores recursos à função de Educação e Cultura;

b. — Consubstanciação de planos que estimulam melhor adaptação do homem do campo, antevendo até, disfunções dos programas federais para o mesmo setor;

c. — Desestimulação no setor de transportes, o que, enfatizo: ser bastante problemático dentro do encaminhamento na efetiva integração estadual;

d. — Graves problemas enfrentados para saldar a dívida pública, advindas de mal planejamento quando da admissão dos prazos para pagamento dos encargos e amortizações.

Puderam constatar os Senhores Deputados que, ao emitir este Voto do Projeto de Lei Orçamentária, não fui levado por nenhum espírito de oposição ou de entendimento contraditório, mas, antes de tudo, me dediquei a evidenciar dados com o intuito de propiciar aos nobres Pares uma melhor análise, mesmo que de âmbito superficial, ao Documento mais importante na Administração Estadual.

Permaneço na posição de acompanhamento, principalmente após ter provado o grave óbice com que se depara o Estado do Paraná no seu acelerado endividamento, hoje colocando em risco os investimentos e, se assim continuar não haverá dúvida, no futuro entrando numa recessão trazida pela impossibilidade ao atendimento do próprio custeio de seus serviços.

Contudo, nos é dado um novo alento ao ser efetivada a esperada "Reforma Tributária", a qual objetiva carrear maiores recursos aos Estados e Municípios, mesmo que para isto, já se deduz, que o povo irá responder, novamente, com os encargos da política de possibilitar recursos suficientes para o Poder Público.

6. O VOTO:

Reafirmo o propósito de me valer na eventual boa intenção governamental e emito o meu voto pela APROVAÇÃO AO PROJETO DE LEI N.º 145/79, ressalvando as alterações advindas das emendas aprovadas por esta Comissão.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI